

MÚSICA E PRIMEIRAS LETRAS NO RECIFE COLONIAL: LUÍS ÁLVARES PINTO, MULATO, MÚSICO E PROFESSOR RÉGIO

Carla Mary S. Oliveira ¹
(Universidade Federal da Paraíba)

RESUMO: Luís Álvares (ou Alves) Pinto foi o primeiro brasileiro a receber uma formação musical na Europa seguindo os cânones eruditos. De singular trajetória, o músico e professor mestiço nasceu no Recife em 1719, onde também morreu em 1789. Em 1740, com a ajuda da família e o auxílio mutualista de companheiros pardos, de ofício e da Irmandade de N. Sra. do Livramento, instalou-se em Lisboa para estudar com Henrique Negrão, renomado organista da Sé, chegando a músico da Capela Real. No Reino se tornou requisitado nos salões para entreter os nobres e ensinar seus filhos na arte da composição e da performance musical. Sua carreira ascendente na corte lusa só foi bruscamente interrompida pela penúria econômica e cultural instaurada na Metrópole após o catastrófico terremoto de 1755, que o deixou sem trabalho e o obrigou a retornar à terra natal, onde seguiu carreira militar como o pai e tornou-se, anos depois, mestre-de-capela das Igrejas de N. Sra. do Livramento e de São Pedro dos Clérigos. Em 1784 publicou o *'Diccionario Pueril Para o Uso dos Meninos, ou dos que principião o ABC, e a soletrar dicções'*, obra voltada ao ensino das primeiras letras e que complementava sua atuação como mestre no campo da música, já que também são de sua autoria dois manuscritos dedicados ao ensino do solfejo. O presente artigo pretende abordar, através de uma trajetória peculiar, as estratégias de inserção e afirmação social utilizadas, na segunda metade do XVIII, por membros das camadas subalternas para fazerem-se partícipes de uma sociedade colonial marcada pelo estigma da escravidão, mas na qual se mostravam brechas pelas quais surgiam indivíduos mestiços como Luís Álvares Pinto, rompendo os limites pré-delimitados a ele como sujeito histórico e construindo um lugar de fala privilegiado a partir do campo das artes e da cultura.

Palavras Chave: Brasil Colonial; Século XVIII; Mestiçagem; Primeiras Letras; Música.

Abstract: Luis Álvares (or Alves) Pinto was the first Brazilian to receive a musical formation in the Europe following the erudite rules. A man of singular trajectory, the mestizo musician and teacher were born in Recife in 1719, where also he died in 1789. In 1740, with the aid of his family, friends and trade companions of the Brotherhood of Our Lady of *Livramento* (deliverance), he goes to Lisbon to study with Henrique Negrão, famous organist in the city cathedral, arriving as a musician of the Royal Chapel. In Portugal he becomes a requested player and teacher in the noblemen houses, but its ascending career was brusquely interrupted by the economic and cultural shortage restored in the Metropolis after the catastrophic earthquake of 1755, that lets him without work and compelled his return to the native land, where he followed military career as his father and became, years later, master-of-chapel of the churches of Our Lady of *Livramento* and of Saint Peter of Clergymen. In 1784 he has published in Lisbon the *'Diccionario Pueril Para o Uso dos Meninos, ou dos que principião o ABC, e a soletrar dicções'*, a spelling-book directed to the teaching of first letters, complementing his performance as a teacher in the field of music, where he also writes two manuscripts dedicated to the *solfeggio* art. This paper intends to approach, through this peculiar trajectory, the strategies of social insertion and affirmation used, in the second half of the 18th century, by members of the subordinate layers to become informing in a colonial society marked by the slavery stigma, but in which there's breaches for which mestizos, as Luis Álvares Pinto, can change their daily limits as historical subjects, constructing a place of privileged speaks from the field of the arts and the culture.

Keywords: Colonial Brazil; 18th Century; Mestization; First Letters; Music.

Largo de São Pedro, Bairro de São José, cidade do Recife. Em meio à balbúrdia momesca de apresentação dos grupos carnavalescos vindos dos bairros e comunidades mais populares e distantes da capital pernambucana, torna-se quase impossível imaginar o que se passava no cotidiano daquele espaço público dois séculos e meio antes, nos dias em que ali vivia o músico, militar e professor Luís Álvares (ou Alves) Pinto, mestre-de-capela² do templo católico cujas torres atualmente presenciam um mundo em quase tudo muito diverso daquele em que foram construídas.

Provavelmente os sons que atualmente embalam os transeuntes e foliões que circulam todos os verões no largo à frente da Igreja de São Pedro dos Clérigos soassem de um modo um tanto estranho aos ouvidos extremamente refinados, treinados e educados nos salões europeus de Álvares Pinto. Não que os batuques de surdos e atabaques e as notas de raiz africana devessem lhe ser estranhos, considerando que era mulato, filho dos pardos Bazílio Álvares Pinto e Euzébia Maria de Oliveira³, nascido na freguesia recifense da Boa Vista⁴. Por isso mesmo, considerando-se sua própria participação e a de seus pais na Irmandade de Nossa Senhora do Livramento⁵, tradicional confraria religiosa de pardos em Pernambuco, quando jovem o músico dificilmente deixou de ter contato com o universo ancestral da cultura d'além mar de que descendia.

Contudo, o caso aqui é que falo de um homem pobre, livre, mestiço e que viveu no século XVIII, na América portuguesa. Mais ainda, trata-se de alguém que, apesar de pertencer a um estrato social “inferior”, numa sociedade colonial que se definia estruturalmente a partir da delimitação de campos simbólicos bem precisos, marcados e delimitados a partir da riqueza de bens e de sangue, das influências e relações políticas pessoais e familiares e, sobretudo, da cor da pele⁶, conseguiu romper com todos estes limites e construir uma trajetória pessoal notável, que lhe garantiu determinado *status* e possibilitou o trânsito nas esferas mais elevadas da cultura barroca não só na América portuguesa, mas também na sede do Império luso.

A urbe

O que dizer de uma povoação fincada entre o rio e o mar, que cresceu tomando emprestado a ambos, gradativamente, áreas aterradas em que logo se erguiam sobrados

e surgiam ruas que iam serpenteando o terreno, criando um emaranhado de becos e vielas, tudo sob o furor do sol tropical e enfrentando o ar úmido e quente que soprava dos manguezais...

A vila que viu o mulato Luís Álvares Pinto nascer e crescer, portanto, já era bem mais que a simples e tímida urbe surgida ainda no século XVI para atender às necessidades portuárias de Olinda, então a cabeça da capitania pernambucana. Tendo se beneficiado da presença holandesa no século anterior, especialmente do ímpeto urbanista de Nassau, o Recife de começos do século XVIII era um centro comercial dinâmico, que polarizava as importações e exportações das Capitanias do Norte do Estado do Brasil, detentor de um porto de movimentação frenética e constante⁷.

Assim, marcada pelas disputas intestinas com a vizinha Olinda pela primazia administrativa em Pernambuco, posto que já possuísse a econômica, a Vila do Recife viu, ao longo dos setecentos, sua pujança neste último campo multiplicar-se em nível regional⁸, ao mesmo tempo em que ia assumindo também a proeminência no jogo das forças políticas locais⁹.

Nesse sentido, a urbe “civilizava-se”: igrejas eram construídas ou reformadas; equipamentos públicos como pontes e molhes recebiam obras de melhoria; sociabilidades se tornavam mais complexas; irmandades e associações leigas se fortaleciam como espaços privilegiados para se estabelecer e reforçar os liames ocultos de uma rede invisível de relações pessoais importantíssimas para as negociações individuais na vida cotidiana¹⁰. Tais agremiações, a meu ver, serão as grandes responsáveis pela criação de frestas como aquelas de que se valeu o nosso personagem, permitindo o rompimento dos limites que lhe eram inicialmente impostos pela sociedade escravista colonial.

A vila recifense torna-se, aos poucos, um local em que as tradicionais divisões sociais entre escravos e senhores, comerciantes e proprietários rurais, por exemplo, não bastavam mais para dar conta de sua complexa dinâmica interna, e muito menos se servia a este propósito a simples identificação da cor da pele¹¹. Tal conjuntura diferenciada, aliás, só pôde existir pelo fato de tratar-se de um centro urbano fincado nas franjas do Império luso¹², e que aos poucos, paradoxalmente, vê o fulgor de seu principal produto, o açúcar, arrefecer e perder importância na balança comercial colonial para o garimpo nas alterosas montanhas da Capitania das Minas.

Portanto, o Recife do século XVIII, apesar de ver o eixo comercial metropolitano deslocar-se para áreas mais ao sul da América portuguesa, não perdeu de todo sua

importância como entreposto mercantil passando, cada vez mais, a aglutinar as transações originadas ou destinadas às capitanias vizinhas: Paraíba, Rio Grande e Ceará. Como centro portuário que era, a vila também pôde ser palco de um afrouxamento das estruturas coloniais, no sentido de permitir a alguns indivíduos, por meio de um esforço pessoal às vezes hercúleo e amparado por extensas redes de sociabilidade, modificar sensivelmente seu *status* e suas condições práticas de existência.

O indivíduo e sua trajetória

A trajetória pessoal de Álvares Pinto foge aos padrões considerados comuns na sociedade colonial na América portuguesa em mais de um aspecto¹³. Primeiramente, por ser mestiço e de origens humildes, torna-se exceção entre seus iguais por cursar “*com aproveitamento as aulas de latim, philosophia e rhetorica*”, além de se aplicar “*especialmente á música, em cuja arte se lhe admiravam os prenuncios de um genio luminoso*”¹⁴, às expensas do esforço e esmerado empenho pessoal de seus pais. A continuar seu aprendizado intelectual, já homem feito, também se aparta de seus pares por lançar-se numa aventura sem precedentes em terras d’além-mar, ao embarcar para Lisboa, por volta de 1740¹⁵, a fim de aperfeiçoar-se como músico e compositor, graças ao mutualismo e solidariedade de amigos e parentes, provavelmente a maioria confrades na Irmandade de Nossa Senhora do Livramento¹⁶, tornando-se certamente o primeiro brasileiro nato a obter formação musical segundo os cânones eruditos no velho continente¹⁷.

No Reino, o jovem mulato pernambucano logo vai tornar-se pupilo do mestre e contrapontista Henrique da Silva Esteves Negrão, então renomado organista da Sé lisboeta¹⁸, o que também se constitui, certamente, em mais uma exceção a assinalar sua trajetória pessoal, que ainda seria marcada por outros êxitos na Corte metropolitana. Apesar das dificuldades econômicas que parece ter enfrentado nos primeiros anos em que viveu na Europa, custeado pelos minguados recursos que, aos poucos, deixaram de chegar do Recife, consta que prestou em Lisboa exame de contraponto, obtendo “*aprovação e louvores mui lisonjeiros*”¹⁹, sendo logo admitido na Capela Real, onde além de trabalhar como copista e compositor também iniciou sua carreira como professor de música, atuando “*em algumas casas da primeira nobreza do paiz, (...) conseguindo até formar um pequeno peculio*”²⁰.

O italiano ou filho de italianos José Mazza, em seu *Dicionário biográfico de músicos portugueses e notícias de suas composições*, cujo manuscrito original depositado na Biblioteca Pública de Évora pode ser datado por volta de 1794, atribui a Álvares Pinto a autoria de “*humas exequias á morte do Senhor Rey D. José o I a quatro coros*”, além de composições profanas escritas “*com muito aserto*”. O mesmo autor destaca no verbete dedicado ao artista pernambucano que se tratava de “*excelente poeta portuguez e latino, muito inteligente na Lingua Francesa, e Italiana*”, que acompanhava “*muito bem rabecão, viola, [e] rabeca*”²¹.

O fato é que Luís Álvares Pinto, mesmo mulato e de origens humildes, prosperou e triunfou belamente na sede do Império, e o conseguiu graças a seu talento e seus esforços pessoais, numa tarefa diuturna que deve ter se estendido por cerca de década e meia. Contudo, sua trajetória ascendente na Corte portuguesa parece ter sido bruscamente interrompida pela catástrofe que se abateu sobre Lisboa na manhã de 1º de novembro de 1755, com o terremoto – seguido por um arrasador maremoto e um incêndio gigantesco – que arrasou a urbe e seus arredores e, conseqüentemente, fez com que durante os anos seguintes os recursos financeiros disponíveis no Reino, tanto no caso de particulares como da nobreza e do poder público, fossem canalizados para a reconstrução da cidade e escasseassem para as atividades artísticas, luxo dispensável num momento de tanta penúria, situação que deve ter afetado diretamente a sobrevivência de Álvares Pinto em terras lusas. Assim, em 1762 o músico já estava de volta ao Recife, com cerca de 32 ou 33 anos de idade e casado com Ana Maria da Costa, aparecendo como um dos mordomos²² eleitos da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento para o período que se estendia até o ano seguinte²³.

Nesse meio tempo, Pinto teria redigido, já em Pernambuco, um manuscrito intitulado *A arte de solfejar*, datado de 1761²⁴ e também conhecido como *Arte pequena para se aprender música*²⁵, além de ter começado a dedicar-se, do mesmo modo que no Reino, ao ensino de música e primeiras letras, como “*professor régio de instrução primária*” em sua própria casa, localizada num sobrado na Rua Estreita do Rosário, na mesma freguesia em que nascera e crescera, com a ajuda de suas duas filhas: no segundo andar elas ministravam aulas às meninas enquanto o pai atendia aos meninos no primeiro²⁶.

Segundo o Padre Jaime Diniz, baseado em obra de Euclides Fonseca²⁷, diversos dentre os mestres-de-capela atuantes na capital pernambucana durante a primeira metade do século XIX passaram, na infância e juventude, por estas aulas de Álvares

Pinto, onde estudavam “*solfejo, canto e alguns instrumentos*”²⁸. Após alguns anos a atividade como professor teria rendido outro manuscrito sistematizando as técnicas de ensino musical desenvolvidas por Álvares Pinto, intitulado *Muzico e moderno systema para solfejar sem confusão*, também conhecido como *Arte grande de solfejar*, datado de 1776, ao menos até fins da década de 1990 depositado na biblioteca particular da família Orleans e Bragança em Petrópolis²⁹.

No campo da composição musical propriamente dita, além das peças criadas em Portugal e citadas por José Mazza em seu *Dicionário*, Pereira da Costa atribui ao músico mulato “*trez hymnos á N. S. da Penha e do de N. S. Mãe do Povo, (...) a do officio da Paixão, a das matinas de S. Pedro e S. Antonio e muitas novenas, missas, Te-Deuns, ladainhas e sonatas*”³⁰, de que algumas partituras parecem ter chegado até o conhecimento do historiador pernambucano em meados do século XIX mas que, hoje, infelizmente, em quase sua totalidade foram perdidas.

Ainda no campo artístico Pinto também se aventurou, ao menos uma vez, nas searas da dramaturgia, tendo escrito a comédia de três atos *Amor mal correspondido*, encenada na Casa de Ópera do Recife entre 1780 e 1783 por diversas oportunidades, com grande sucesso³¹.

Outra face importantíssima da trajetória de Álvares Pinto e que sempre caminhou paralelamente à sua atuação como músico e professor de técnica musical e primeiras letras, ao menos depois de seu retorno à Capitania de Pernambuco, foi a de militar engajado no Regimento de Milícias de Homens Pardos do Recife onde, ao que parece, seguiu a trajetória paterna³², além de influenciar seu próprio filho³³. A junção das atividades artísticas com as militares, aliás, não era incomum na colônia, muito menos na Vila do Recife, onde estava intrinsecamente ligada tanto às sociabilidades das associações religiosas leigas como também à atuação de profissionais no campo das artes, onde se incluía não só a música, mas também a pintura, a talha, a escultura e a construção civil³⁴.

Na carreira militar, Pinto já aparece em documentos datados de 1767 como capitão³⁵, sendo considerado exemplar na condução de seus subordinados, “*trazendo o seu terço bem disciplinado e mostrando-se muito activo e destro nas operações militares*”³⁶, o que lhe valeu as diversas promoções recebidas ao longo dos anos em que sentou praça, até a última, em 1768, quando passou a sargento-mor³⁷ através de patente régia datada de 15 de novembro daquele ano³⁸. Neste mesmo posto ele chegou a se reformar, com direito a receber o respectivo soldo até sua morte³⁹. Seu zelo pelos postos

militares que ocupou transparece ainda em começos da carreira, em 1770, num ofício encaminhado por ele ao mestre-de-campo⁴⁰ Luís Nogueira de Figueiredo, onde reclama das dificuldades que enfrentava na administração do terço⁴¹ sob seu comando, pois além das deserções de praças estava também a pesar sobre a tropa a desatenção do ouvidor⁴² da Capitania de Pernambuco, José Teotônio Sedron Zuzarte, para com os militares, especialmente os negros e pardos. No longo arrazoado que redige, Álvares Pinto chega a se imiscuir em problemas pessoais enfrentados por seus subordinados e colegas de farda, mostrando a injustiça de decisões superiores para com eles, além de opinar sobre questões ligadas à organização das tropas dos terços na colônia, sempre mui respeitosa e em linguagem clara, mas profundamente crítica⁴³.

Paralelamente à vida profissional nos campos da música, da educação e como militar Álvares Pinto também teve profícua presença nas associações e irmandades leigas religiosas recifenses. Além da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento – à qual provavelmente já estava ligado antes mesmo de sua longa temporada em Lisboa –, onde exerceu por diversas vezes o cargo de mordomo, escrivão⁴⁴ e juiz⁴⁵, bem como mestre-de-capela da Igreja que a abrigava depois de seu retorno ao Recife, também participou da fundação e tornou-se primeiro juiz da Irmandade de Santa Cecília dos Músicos, criada em 1788 e ereta junto à Igreja de São Pedro dos Clérigos, templo católico do qual o músico foi também o primeiro mestre-de-capela, nomeado para o cargo em janeiro de 1782 por ser considerado “*artista competente*”⁴⁶.

Da música às primeiras letras: Álvares Pinto como professor

Infelizmente, talvez a face menos documentada da vida de Luís Álvares Pinto seja aquela que desenvolveu no campo educacional. Afora saber-se seguramente que desde a temporada da juventude em Portugal sua renda em grande parte provinha do ensino de música e primeiras letras, e que publicou em Lisboa um *Diccionario Pueril Para o Uso dos Meninos, ou dos que principião o ABC, e a soletrar dicções* no ano de 1784, são quase inexistentes os registros conhecidos deste cotidiano. Pereira da Costa cita, no sexto volume de seus *Anais Pernambucanos*, que em 5 de setembro de 1781 Pinto foi nomeado, através de carta régia, “*para interinamente reger a cadeira de primeiras letras do bairro do Recife, com os vencimentos anuais de 90\$000, sendo em 1785 provido no lugar de substituto, com 150\$000*”. Na verdade, para o historiador

pernambucano o *Diccionario Pueril* teria surgido unicamente com o objetivo de auxiliar o desempenho do músico nestas funções⁴⁷.

A levar-se em conta que desde seu retorno ao Recife, em fins da década de 1750 ou começos da década de 1760, Álvares Pinto atuava como professor particular de música e primeiras letras, e ao que parece continuou a exercer tais atividades até os últimos anos de sua vida, haja vista a data de publicação de seu *Diccionario Pueril*, o mulato acumulou nada menos do que cerca de três décadas de labuta nesta área somente em Pernambuco, considerando-se que tenha morrido mesmo no ano de 1789⁴⁸. Mais ainda: como regente de primeiras letras, Pinto se encaixava num modelo de ensino comum à época, o de “casas-escola”, onde o espaço privado da residência do docente, de igrejas ou da residência dos próprios alunos era adaptado de modo improvisado para o uso como sala de aula⁴⁹.

É possível, apesar da escassez de dados e documentos disponíveis até agora, definir algumas características da atuação de Álvares Pinto como professor de primeiras letras, situando-a no quadro mais geral daquilo que então se constituía como a prática docente na América portuguesa da segunda metade do setecentos. Considerando as evidentes diferenças existentes dentro deste espaço colonial, marcadamente entre a região de mineração das Gerais, São Paulo, a fronteira sulista, os sertões de Goiás e Mato Grosso, Rio de Janeiro, Bahia, o litoral e sertões das Capitanias do Norte e as vastidões das brenhas amazônicas, cada área dessas com suas dinâmicas internas definindo elites e poderes locais, a grosso modo, como destaca Luiz Carlos Villalta em texto hoje já clássico sobre os hábitos de leitura e letramento tupiniquins antes da Independência, a relação entre mestres e alunos se cercava de certa formalidade, num cotidiano que, no caso das camadas mais humildes, envolvia “o *aprendizado de habilidades, ofícios e primeiras letras*”, com vistas a “*garantir a sobrevivência*”⁵⁰.

Nesse sentido, no Brasil setecentista a instrução profissional e o letramento eram, na perspectiva de pardos e negros libertos, vistos como meios válidos e eficazes para atingir a superação dos limites impostos pela sociedade escravista colonial, mesmo ressalvando-se que se alguns conseguiam, por esta via, driblar os obstáculos que se lhes impunham, a grande maioria destes indivíduos permanecia à margem, inclusive, do acesso a este ensino, que tinha “*um alcance social limitado em extremo*”⁵¹. Note-se que o próprio Álvares Pinto se utilizou justamente de sua formação educacional e profissional para romper estes mesmos limites, e o que o diferencia neste cenário é o fato de ele mesmo se colocar, ao ministrar aulas em sua própria casa após o retorno à

terra natal, como um agente propiciador de ascensão social a outros indivíduos de condição semelhante àquela de suas origens.

Assim, num cenário em que o ensino formal se dividia entre as escolas religiosas – de cujo modelo o exemplo mais comum foram os colégios jesuíticos e seminários, conventos e mosteiros de outras ordens missionárias – e as aulas régias, ambas insuficientes para atender a demanda em terras tão vastas mesmo depois das reformas introduzidas pelo Marquês de Pombal, o espaço privado ainda continuava a ser o meio privilegiado para o letramento e a apreensão de práticas profissionais, especialmente no meio rural, mas também e de forma crescente nas paragens urbanas. O Recife de finais do setecentos não fugiria a esta conjuntura, muito menos o próprio Álvares Pinto.

O *Diccionario Pueril*: manual pessoal de um docente colonial

É interessante perceber que apesar de sua trajetória pessoal singular e de uma atuação profissional que, ao mesmo tempo, reafirmava a possibilidade de romper os limites da sociedade colonial e propiciava a mesma chance a outros indivíduos, Luís Álvares Pinto não se mostra como inovador em sua obra fulcral no campo do ensino das primeiras letras.

Se o seu *Diccionario Pueril Para o Uso dos Meninos, ou dos que principião o ABC, e a soletrar dicções* pode, a princípio, ser compreendido como um marco significativo no que se refere à cultura material da instrução das primeiras letras na América portuguesa em finais do setecentos, justamente por tratar-se de um manual redigido e publicado por um mestiço que galgou a pirâmide social colonial em detrimento de todas as dificuldades que se lhe impuseram pelo meio em que vivia, num panorama mais amplo e analisando-se seu conteúdo mesmo, fica clara a semelhança da obra em relação a outras com os mesmos objetivo e uso, publicadas à época.

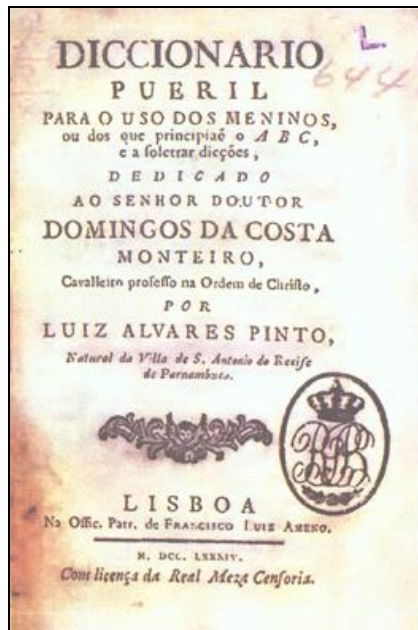


Fig. 1 – Folha de rosto do *Diccionario Pueril Para o Uso dos Meninos, ou dos que principiã o ABC, e a soletrar dicções*, de Luís Álvares Pinto, publicado em Lisboa, com licença da Real Mesa Censória, no ano de 1784.

Tanto era assim que em 1860 o literato português Innocencio Francisco da Silva chega a registrar, mesmo a contragosto, a dúvida existente acerca da autoria do *Diccionario Pueril*, alegando, em seu *Diccionario bibliographico portuguez*, que a obra fora citada poucos anos antes por outro intelectual oitocentista lusitano, António José Vaz Velho, como simples republicação de manual escrito por D. Joaquim de Azevedo⁵². Em outras palavras, é possível que Álvares Pinto tenha feito uma compilação a partir de obras que conheceu em sua longa estadia no Reino, ainda na juventude, coisa nem um pouco incomum naqueles dias, aliás.

Considerando-se que a grande dificuldade para o bom funcionamento das aulas régias estabelecidas aquém e além-mar após as reformas da instrução pública promovidas pelo Marquês de Pombal em 1759 era justamente a falta de material didático, especialmente manuais e compêndios adequados ao uso pelos professores régios, situação agravada pela posição secundária atribuída ao ensino de primeiras letras – que só teve maior atenção dos poderes públicos após 1772 com a reforma dos estudos menores⁵³ – compreende-se melhor as motivações de Álvares Pinto a lançar-se em tal empreitada editorial, haja vista a penúria e as limitações da colônia no que se refere não só à produção mas também à circulação de livros.

Como manual de primeiras letras, no entanto, não é possível se deixar de entender o *Diccionario Pueril* como um fenômeno cultural, no mesmo sentido proposto por Justino Magalhães, ou seja, como um produto “que contém uma materialidade, uma representação, um agenciamento e uma apropriação”⁵⁴. Assim, como obra concebida

para o uso em sala de aula, o opúsculo de Álvares Pinto sintetiza um determinado discurso que envolve não só certa ordem do saber, mas também a forma como se entendiam os processos cognitivos e como se deviam dar “*a estruturação e orientação do acto de ler e da experiência de leitura*”⁵⁵ e, por conseguinte, da significação de si e também do estar no mundo.

Desse modo, entende-se melhor as motivações que levaram o mulato pernambucano a abrir sua obra com uma “*ADVERTENCIA NECESSARIA*” – no caso, provavelmente aos pais de seus pupilos – logo nas duas primeiras páginas do *Diccionario Pueril*:

*Eu bem sei, que com justa causa se ha de reparar escrever eu algumas Notas, e Opiniões, que sigo com authoridade Latina, fazendo huma instrucção para quem nem ainda sabe ajuntar o Bê-a-ba: porém achei indispensavel obrar assim; pois a maior força, que tenho para justificar-me, he a lingua Latina. Os Lusitanos tomarão della o seu Alphabeto, e della os primeiros elementos das letras: isto se patentêa não só pelo que nos nossos presentes tempos experimentamos; pois nenhuma lingua se une tanto com a Latina, como a nossa; pois só a nossa poderá fazer hum, e muitos periodos inteiros Latinos, que possa entender hum Portuquez sem instrucções alguma da lingua Latina, v.g. ‘O Deus, tua misericordia nos confirmat’: e outros modos como: ‘Lusitania associat varias gentes &c’. Eu pertendi tirar, e abolir estas Latinas authoridades por conselho de hum prudente Critico: mas estabelecer estes elementos com authoridade propria seria conciliar contra mim todo o exercito de todos os Mestres, e de todos os Orthographos, o que não desejo; nem pertendo adquirir sequito, quando os preceitos, que dou, não sejam verdadeiros; porque eu só pertendo estimular aos doutos Professores, a quem com seus doutos escriptos fação gemer as imprensas, e trabalhar sem mortificação notavel as memorias dos tenros meninos, para cujo bem, e proveito devem concorrer os bons patricios, e os bons vassallos. Finalmente, Filhos, ainda que nas Notas, e Opiniões pareço fallar comvosco, não o entendais assim; porque alli vou seguindo a ordem do que me propuz ao principio: mas o certo he que alli só fallo de mim; e só vou a mostrar que as razões que allego, são fundadas nas authoridades dos melhores A A., e nas authoridades, que sigo.*⁵⁶

Percebe-se que o próprio Álvares Pinto admite, nesta “*ADVERTENCIA*”, que se apoia em outras autoridades da língua latina, sem que isso o faça querer se contrapor a mestres e ortógrafos – em seu entendimento, mais doutos que ele. Em outras palavras, seu autor não pretende que o *Diccionario Pueril* seja inovador, mas apenas que sirva de ferramenta ao trabalho dos professores em sala de aula, na labuta diuturna do ensino das primeiras letras. As justificativas e ressalvas continuam na página seguinte:

*Leitor, (se es amigo, aliás pouco importa para o que vou dizer) estas lições forão feitas para instrucção de meus tenros Filhinhos, a quem fallo na frase mais vulgar, para que me entendão, e se aproveitem. Se servirem aos teus, alegrarme-hei de ter sido (posto que tarde) ainda util á Patria, e ao Mestre de teus filhos, poupando-lhe o trabalho de fazer quasi continuamente novas Cartas em lugar das que elles perdem, ou rompem, ainda não acabadas de lêr: a teus filhos finalmente dou a utilidade de lhes ficar permanente hum Diccionario para elles, e seus filhos. Se estas taes lições lhes não servirem, ficamos ambos enganados, tu em as ter comprado, e eu em me persuadir que tinha feito hum grande serviço á Puericia: porém affirmo-te, que os meus desta instrucção se tem aproveitado. Elles se acomodarão com o meu desvélo, e me dispensarão de pagar a Mestre, não tendo eu posses para o fazer. O que te certifico he, que se te manifesto esta particular fadiga he (além do estímulo, que tive para ta mostrar) com o pensamento menos no lucro, que na utilidade da Puericia, a quem desejo tão bons principios, como a ti boa saude.*⁵⁷

Vê-se que Álvares Pinto aqui fala um pouco mais de si, ao sinalizar que sua dedicação à docência e, por conseguinte, à elaboração de um método e publicação de um manual de primeiras letras deu-se por motivos familiares, notadamente a falta de recursos financeiros para propiciar a seus próprios filhos professores particulares. Seja isso verdade ou não, o texto pode nos levar a compreender um pouco mais o que este pernambucano acreditava ser indispensável à sua prole: possuir instrução suficiente para ao menos manter o mesmo *locus* social conquistado a duras penas e sacrifícios por ele mesmo, que em suas próprias palavras, era bom patrício e bom vassalo.

Ao modo de uma conclusão

O método desenvolvido ao longo do manual de oitenta e seis páginas de Álvares Pinto é o do letramento a partir do próprio alfabeto e das sílabas que vão formando palavras inteligíveis, em lições curtas que se encadeiam umas às outras. Não há, como já seria de se esperar numa obra didática deste tipo e período, nenhuma tentativa de politização ou tampouco de contestação da ordem estabelecida, ou seja, apesar de ter sido escrita por um indivíduo nascido à margem da sociedade colonial, sua trajetória pessoal de inserção em estratos superiores desta mesma sociedade não o faz tornar-se um desviante em relação ao *status quo*, detalhe extremamente significativo nesta análise.

Penso que para se perceber mais acuradamente as implicações e desdobramentos do *Diccionario Pueril* como produto cultural, seria mister proceder investigações mais detalhadas sobre as atividades de Álvares Pinto como professor régio, notadamente

documentos e registros que porventura ainda estejam por se descobrir em arquivos e acervos do Brasil e de Portugal. A intenção deste trabalho é, justamente, sinalizar as possibilidades de pesquisa sobre este tema, infelizmente uma seara ainda árida no universo da História colonial brasileira⁵⁸.

O mulato, músico, militar e professor régio Luís Álvares Pinto certamente é personagem ímpar no Recife setecentista. Sua trajetória singular o faz destacar-se como sujeito de sua própria história, que utilizou diversas e variadas táticas e estratégias para não só sobreviver, mas também para construir novas possibilidades de inserção pessoal na sociedade colonial pernambucana. A nós, historiadores, cabe apenas tentar buscar os fios e rastros deixados por este personagem à posteridade, tentando compreendê-lo no quadro mais amplo das inúmeras facetas, sociabilidades e paisagens históricas da América portuguesa no século XVIII.

¹ Historiadora, Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Pós-Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora do Projeto de Cooperação Acadêmica “Patrimônios – Conexões Históricas” (PROCAD-NF Capes n. 2338/2008 – PPGH-UFPB/ PPGH-UFMG). Atualmente coordena, juntamente com a prof^a Dra. Serioja R. C. Mariano, o PPGH-UFPB (biênio 2011/2013). Liderou, entre março de 2006 e março de 2011, o Grupo de Pesquisas *Estado e Sociedade no Nordeste Colonial* (NDIHR-UFPB/ Diretório CNPq), do qual continua a participar como pesquisadora. Também participa como pesquisadora dos Grupos de Pesquisas *História da Educação no Nordeste Oitocentista* (PPGH/PPGE-UFPB/ Diretório CNPq) e *Perspectiva Pictorum* (PPGHis-UFMG/ Diretório CNPq). E-Mail: <cms-oliveira@uol.com.br>. Sítio eletrônico: <<http://cms-oliveira.sites.uol.com.br/>>.

² Músico profissional encarregado de compor peças sacras e dirigir a execução das mesmas em igrejas católicas no período colonial e em grande parte do Império no Brasil.

³ DINIZ, Pe. Jaime C. Revelação de um compositor brasileiro do século XVIII. *Anuario*, New Orleans, Tulane University, vol. 4, 1968, p. 82-97. Disponível em: <<http://www.jstor.org/>>. Acesso em: 17 jun. 2010. (p. 84).

⁴ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. 2. ed. facsimilar. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982 [1882]. (p. 617).

⁵ PEREIRA, José Neilton. *Além das formas, a bem dos rostos: faces mestiças da produção cultural barroca recifense (1701-1789)*. Dissertação (Mestrado em História Regional da Cultura). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2009. (p. 174).

⁶ FERLINI, Vera. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru: EDUSC, 2003. (p. 83-133).

⁷ SOUZA, George Félix Cabral de. *Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)*. Tese (Doutorado em Fundamentos da Investigação Histórica). Universidad de Salamanca, Salamanca, 2007. (p. 115-184).

⁸ SOUZA, George Félix Cabral de. Patrimônio, territorialidade, jurisdição e conflito na América portuguesa: Pernambuco, século XVIII. In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MENEZES, Mozart Vergetti de & GONÇALVES, Regina Célia (orgs.). *Ensaio sobre a América portuguesa*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2009, p. 81-96.

⁹ Não se pode deixar de considerar a crescente influência econômica e política de Pernambuco sobre as Capitanias próximas, processo que vai se fortalecendo na primeira metade do século XVIII e culmina com as reformas implementadas por Pombal a partir de 1755, especialmente com a anexação e subordinação de Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará e consequente expansão e consolidação das estruturas de poder colonial sediadas na vila do Recife. Para aprofundamento neste aspecto do Pernambuco setecentista, ver: RIBEIRO Jr., José. *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004; OLIVEIRA, Elza Régis de. *A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia*. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2007.

¹⁰ PEREIRA, 2009, p. 21-67.

¹¹ MARTINS, Maria Fernanda. Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (orgs.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos – América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 403-434.

¹² Parto da visão de Laura de Mello e Souza sobre a administração colonial portuguesa no setecentos para tecer tais considerações. Ver: SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (p. 78-108).

¹³ Na maneira como se me apresentou a trajetória de Álvares Pinto, o vi como uma exceção digna de nota numa sociedade que tudo fazia para manter os indivíduos confinados em espaços extremamente bem demarcados no que tange à prática das sociabilidades cotidianas e à posição que os mesmos ocupavam em sua estrutura. Nesse sentido, aponto meu enfoque sobre o músico recifense setecentista na tradição dos estudos de Micro História e da História Cultural, ou seja, filio-me aos conceitos e teorias de Carlo Ginzburg, Michel de Certeau e Peter Burke, compreendendo a abordagem aqui apresentada como uma reação à História totalizante. GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: _____. *Os fios e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 249-279. (p. 257).

¹⁴ COSTA, 1982, p. 617.

¹⁵ CASTAGNA, Paulo. Música na América portuguesa. In: MORAES, José Geraldo Vinci de & SALIBA, Elias Tomé (orgs.). *História e música no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 35-76. (p. 59).

¹⁶ COSTA, 1982, p. 617.

¹⁷ DINIZ, 1968, p. 84-85.

¹⁸ DINIZ, 1968, p. 84. MAZZA, José. *Dicionário biográfico de músicos portugueses*. Lisboa: Tipografia da Editorial Império, 1944/1945 [1794]. Disponível em: <<http://purl.pt/>>. Acesso em: 19 fev. 2010. (p. 33).

- ¹⁹ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais pernambucanos*. Vols. I-X. Recife: Arquivo Público Estadual, 1951-1966. (vol. VI, p. 168).
- ²⁰ COSTA, 1982, p. 617.
- ²¹ MAZZA, 1944/1945, p. 33.
- ²² Pessoa que administra os bens de uma irmandade religiosa, organizando e patrocinando festas da igreja.
- ²³ DINIZ, 1968, p. 85.
- ²⁴ Publicado somente em 1977, no Recife, com estudo preliminar do Padre Jaime Diniz.
- ²⁵ BINDER, Fernando & CASTAGNA, Paulo. Teoria musical no Brasil: 1734-1854. In: I Simpósio Latinoamericano de Musicologia. *Anais*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1998, p. 198-217. (p. 206).
- ²⁶ DINIZ, 1968, p. 85-86; COSTA, 1982, p.617-618.
- ²⁷ Trata-se de *Um século de vida musical em Pernambuco* (Recife: Officina do Diário de Pernambuco, 1925).
- ²⁸ DINIZ, 1968, p. 86.
- ²⁹ BINDER & CASTAGNA, 1998, p. 206.
- ³⁰ COSTA, 1982, p. 618.
- ³¹ COSTA, 1982, p. 618; DINIZ, 1968, p.88-89.
- ³² DINIZ, 1968, p. 86.
- ³³ Por duas vezes, já no século XIX, nos anos de 1802 e 1804, o tenente Basílio Alves (ou Álvares) Pinto solicita, através de requerimentos ao príncipe regente D. João, em Lisboa, a confirmação de sua patente e posto na Segunda Companhia da Boa Vista do Regimento de Milícias da Repartição do Sul, baseada no Recife, “*em atenção aos seus serviços, de seu pai e seu avô*”. AHU_ACL_CU_ 015, Cx. 234, D. 15836; Cx. 251, D. 16813.
- ³⁴ A respeito dessa rede de sociabilidades construída a partir da atuação de artífices e sua vida militar, social e religiosa no Recife do século XVIII, veja-se a dissertação de mestrado de José Neilton Pereira (2009).
- ³⁵ DINIZ, 1968, p. 86.
- ³⁶ COSTA, 1982, p. 618.
- ³⁷ Na hierarquia militar em uso no Brasil colonial e imperial, praça graduado entre tenente-coronel e capitão, equivalente à atual patente de major.
- ³⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Registro Geral de Mercês do Reinado de D. José I, liv. 22, f. 129v.
- ³⁹ DINIZ, 1968, p. 86.
- ⁴⁰ Posto militar do período colonial e imperial, intermediário entre os de brigadeiro e tenente-coronel, equivalente à patente de coronel nos dias de hoje.

- ⁴¹ Corpo de tropas dos exércitos ibéricos dos séculos XVI, XVII e XVIII, correspondente ao atual regimento.
- ⁴² Magistrado provido por nomeação régia, responsável, no Brasil colonial, pela condução geral das questões legais nas capitanias.
- ⁴³ AHU_ACL_CU_015, Cx. 109, D. 8407.
- ⁴⁴ Indivíduo responsável, na administração de uma irmandade religiosa leiga, pelo registro e subscrição de documentos relativos à administração da mesma, nos quais se incluem principalmente suas atas, livros de tomo e testamentos dos irmanados.
- ⁴⁵ Indivíduo que preside uma festa religiosa ou outra função ligada às irmandades e associações religiosas leigas, a partir de eleição ou escolha de seus pares, tendo arrogada a si autoridade para dirigir qualquer coisa, resolvendo, deliberando e julgando tudo que diz respeito à irmandade de que participa e às atividades cotidianas desta.
- ⁴⁶ DINIZ, 1968, p. 87.
- ⁴⁷ COSTA, 1951-1966, vol. VI, p. 386.
- ⁴⁸ A este respeito ainda há dúvidas se Luís Álvares Pinto teria morrido em 1789, com cerca de 70 anos de idade, como afirma Pereira da Costa em seu *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres* (1982, p. 620), ou em 1792, possibilidade destacada com dúvidas pelo Padre Jaime Diniz (1968, p. 87).
- ⁴⁹ VIDAL, Diana Gonçalves & FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005. (p. 45).
- ⁵⁰ VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.) & NOVAIS, Fernando A. (coord.). *História da vida privada no Brasil – Vol. 1: Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 331-385. (p. 333).
- ⁵¹ Idem, p. 357.
- ⁵² Também conhecido por D. Joaquim da Encarnação, nome que usava nos anos em que passou na clausura, era fidalgo, capelão da Casa Real, cônego regular de Santo Agostinho e abade reservatório da Igreja de São João Batista de Sedavim, em Lisboa. Consta que faleceu em 22 de abril de 1798. Cf. SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez – Tomo Quinto*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, MDCCCLX (1860). Disponível em: <<http://books.google.com/>>. Acesso em: 19 fev. 2010. (p. 209).
- ⁵³ SILVA, José Carlos de Araújo. A ‘Nova escola para aprender a ler, escrever e contar’ (1722), cartilha para uso no ensino das primeiras letras nas escolas setecentistas do Reino e de suas colônias. *Anais do II Encontro Internacional de História colonial*. Caicó: CERES-UFRN, 2008. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/>>. Acesso em: 20 jun. 2010. (p. 1).
- ⁵⁴ MAGALHÃES, Justino. O manual escolar no quadro da História Cultural: para uma historiografia do manual escolar em Portugal. *Sísifo – Revista de Ciências da Educação*, Lisboa, Unidade de Investigação e Docência de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, n. 1, set./dez. 2006, p. 5-14. Disponível em: <<http://sisifo.fpce.ul.pt/>>. Acesso em: 20 jun. 2010. (p. 9).
- ⁵⁵ Idem, p. 6.
- ⁵⁶ PINTO, Luís Álvares. *Diccionario Pueril Para o Uso dos Meninos, ou dos que principião o ABC, e a soletrar dicções*. Lisboa: Na Offic. Patr. de Francisco Luiz Ameno, MDCCLXXXIV (1784). Disponível em: <<http://purl.pt/>>. Acesso em: 25 jan. 2010. (p. I-II).

⁵⁷ Idem, p. III-IV.

⁵⁸ Em texto relativamente recente, Thais Nivia de Lima e Fonseca destaca, justamente, o fato de que a escassa disponibilidade de fontes limita, em grande parte, os avanços das pesquisas na área de História da Educação no Brasil. Creio ser este o caso da personagem abordada neste artigo. Ver: FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História da Educação e História Cultural. In: VEIGA, Cynthia Greive & FONSECA, Thais Nivia de Lima e (orgs.). *História e historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 49-75. (p. 58).